PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO
PRAÇA BARÃO DE GURGUÉIA, 443 – CENTRO – UNIÃO – PI
CNPJ: 06.553.606/0001-30
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

CONTRATO

CONTRATO Nº 017/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2021
REFERÊNCIA: Pregão Presencial nº 007/2021
Sistema de Registro de Preços

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI E SUAS SECRETARIAS.**
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 10.520/02.

O **MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI**, com sede na Praça Barão de Gurguéia, 443 – Centro, União-PI, CEP 64120-000, inscrito no CNPJ sob o nº 06.553.606/001-30, através da Prefeitura Municipal de União-PI, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Gustavo Conde Medeiros, inscrito no CPF nº 218.123.813-87 portador da CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 239.398 – SSP/PI,; e a empresa **JOSE PEQUENO SOUSA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.019.990/0001-05, com sede na R. Rio Branco, 120, Centro, Coelho Neto-MA, neste ato representada por seu sócio-administrador, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente TERMO DE CONTRATO, que será regido nos termos da Lei nº 8.666, de 21.06.93, suas alterações e demais normas pertinentes, no que couber, em decorrência do PREGÃO nº 007/2021- PMU, conforme o Processo Administrativo nº 016/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO,** para atender as demandas do Município de União-PI e suas secretarias.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR E DO PAGAMENTO

2.1. O valor total deste Contrato é R$ R$ 74.395,50 (setenta e quatro mil trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) conforme proposta financeira apresentada de acordo com o quadro abaixo, observada a particularidade de que a Licitação se deu na forma de Sistema de Registro de Preços:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNT	EMPRESA

1	ALÇA PRÉ-FORMADA PARA CABO DE ALUMÍNIO: ALÇA 35MM COM FIOS DE AÇO CARBONO ABNT 1045 A 1070, LAMINADO E TREFILADO: ELEMENTO ABRASIVO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO DE ALTO TEOR DE PUREZA.	UND.	50	ETK	R$4,50	JOSÉ PEQUENO SOUSA
5	BOCAL DE LOUÇA E-40: COM DOIS FURO.	UND.	100	DECORLUX	R$10,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
8	CABO ALUMÍNIO 4 AWG: FEITO EM ALUMÍNIO TRATADO E TREFILADO DE ALTA RESISTÊNCIA ELÉTRICA COM 7 PERNAS PARA MELHORCONDUÇÃO ELÉTRICA E TENSÃO DE TRAÇÃO.	KG.	125	LAMESA	R$46,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
11	CABO ISOLADO DE 10MM: PADRÃO ABNT - CABO DE COBRE 750V COM REGISTRO NO INMETRO. (PEÇA COM 100 METROS).	METRO	100	SIL	R$10,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
			0			
13	CABO ISOLADO DE 2,5MM: PADRÃO ABNT - CABO DE COBRE 750V COM REGISTRO NO INMETRO.	METRO	500	SIL	R$2,50	JOSÉ PEQUENO SOUSA
			0			
			0			
			0			
17	CABO MULT-PLEXADO EM ALUMÍNIO DE 16MM: CABO EM ALUMÍNIO COM TEOR DE ALTA PUREZA E ISOLAMENTO EM XLPE, COM 3F + 1N SENDO 3 CONDUTORES ISOLADOS E COLORIDOS E O NEUTRO NU.	METRO	500	MEGATRON	R$10,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
			0			

19	CABO MULT-PLEXADO EM ALUMÍNIO DE 25MM: CABO EM ALUMÍNIO COM TEOR DE ALTA PUREZA E ISOLAMENTO EM XLPE, COM 3F + 1N SENDO 3 CONDUTORES ISOLADOS E COLORIDOS E O NEUTRO NU.	METRO	250	LAMESA	R$16,50	JOSÉ PEQUENO SOUSA
20	CABO MULT-PLEXADO EM ALUMÍNIO DE 35MM: CABO EM ALUMÍNIO COM TEOR DE ALTA PUREZA E ISOLAMENTO EM XLPE, COM 3F + 1N SENDO 3 CONDUTORES ISOLADOS E COLORIDOS E O NEUTRO NU.	METRO	250	MEGATRON	R$24,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
			0			
22	CABO PP 2x2, 50MM: DOIS CONDUTORES DE COBRE SÓLIDO, TÊMPERA MOLE, ISOLAÇÃO EM PVC E COBERTURA DE PLÁSTICO PVC.	METRO	400	COPERLINE	R$6,40	JOSÉ PEQUENO SOUSA
23	CHAVE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 2x60A: CAIXA EM PVC COM INSPEÇÃO FRONATAL (JANELA), DESLIGAMENTO POR DISJUNTOR, RELÉ FOTOELÉTRICO NA 200V.	UND.	5	EXATRON	R$417,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
			0			
25	CONECTOR DE ATERRAMENTO GUT: CONECTOR DE ATERRAMENTO TIPO GUT 1066 PARA CABO DE 35MM.	UND.	15	INTELI	R$23,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
31	ESCADA DE FIBRA: EXTENSIVA EM FIBRA DE VIBRO DEGRAUS DE ALUMÍNIO REFORÇADO COM ANTE ESCORREGAMENTO E ISOLAMENTO PARA TRABALHOS E ELÉTRICOS.	UND.	1	SÍNTESE	########	JOSÉ PEQUENO SOUSA

32	FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO: FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO DE 19MM x 10M, ANTICHAMA, PROTEÇÃO CONTRA AÇÃO DE INTEMPERIAS.	UND.	10	3M	R$29,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
			0			
34	GPH: GRAMPO PARALELO UNIVERSAL EM LIGA DE ALUMÍNIO TRATDO E PARAFUSO PARA APERTO.	UND.	25	INTELLI	R$11,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
			0			
36	HASTE DE ATERRAMENTO COBREADA: HASTE DE ATERRAMENTO COBREADA DE 5/8x2400mm, BAIXA CAMADA COM CONECTOR REFORÇADO TIPO ANEL.	UND.	10	INTELLI	R$45,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
37	ISOLADOR DE PORCELANA TIPO ROLDANA DE 72x72MM: ISOLAÇÃO PORCELANADA PARA 750V, COM MARROM.	UND.	50	GERMER	R$6,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
38	LAMPADA ELET FLUOR 15W, 220V.	PEÇA	100	ELGIN	R$8,60	JOSÉ PEQUENO SOUSA
39	LAMPADA ELET FLUOR 30W, 220V.	PEÇA	50	ELGIN	R$19,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
			0			
41	LAMPADA LED 15W	PEÇA	100	ELGIN	R$20,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
42	LAMPADA LED 20W	PEÇA	50	ELGIN	R$29,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
			0			
44	LAMPADA LED 50W	PEÇA	25	ELGIN	R$110,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
			0			
			0			

47	LÂMPADA VAPOR METÁLICO DE 150W: FORMATO TUBULAR, FLUXO LUMINOSO ≥ 35.000LM; EFICIÊNCIA LUMINOSA ≥ 70 LM/SELO PROCEL, COM NO MÍNIMO DE 28.000 HORAS DE VIDA ÚTIL.	UND.	25	DEMAPE	R$51,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
			0			
49	LÂMPADA VAPOR METÁLICO DE 400W: FORMATO TUBULAR, FLUXO LUMINOSO ≥ 32.000LM; EFICIÊNCIA LUMINOSA ≥ 90 LM/SELO PROCEL, COM NO MÍNIMO DE 20.000 HORAS DE VIDA ÚTIL.	UND.	20	DEMAPE	R$65,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
50	LUMINÁRIAS PARA LÂMPADAS DE VAPOR DE SÓDIO/ MERCÚRIO DE 70W A 160W: COM CORPO DE ALUMÍNIO ESTAMPADO ABERTA. PORTA LÂMPADA DE PORCELANA, ROSCA E-27 OU ROSCA E-40. COM EMCAIXE PARA BRAÇO DE 25,4MM EM ALUMÍNIO FUNDIDO COM FIXAÇÃO ATRAVÉS DE UM PARAFUSO COM ROSCA PEÇA.	UND.	250	OLIVO	R$40,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
51	LUMINÁRIAS PARA LÂMPADAS DE VAPOR DE SÓDIO/ MERCÚRIO DE 250W A 400W: COM CORPO DE ALUMÍNIO ESTAMPADO ABERTA. PORTA LÂMPADA DE PORCELANA, ROSCA E-40.	UND.	50	OLIVO	R$81,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
			0			
53	PARAFUSO MÁQUINA 16x250MM, ROSCA TOTAL: GALVANIZADO A FOGO COM PORCA QUADRADA M-16.	UND.	100	CIESA	R$9,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA

54	CINTO PARA ELETRICISTA EM COURO ESPECIAL TIPO PARAQUEDISTA.	UND.	3	APASEG	R$320,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
			0			
56	LUVA DE BORRACHA 10.000 VOLTS PARA ELETRICISTA.	UND.	3	MARLUVA	R$390,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
57	CAPACETE ABA TOTAL PARA ELETRICISTA.	UND.	3	MAS	R$131,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
			0			
59	REATOR VS 150W (EXTERNO): TENSÃO DE REDE 220V, F.P. ≥ 0,92, PADRÃO ABNT, COM CAPACITOR E IGNITOR.	UND.	25	PHILIPS	R$86,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
60	REATOR VS 250W (EXTERNO): TENSÃO DE REDE 220V, F.P. ≥ 0,92, PADRÃO ABNT, COM CAPACITOR E IGNITOR.	UND.	25	PHILIPS	R$83,50	JOSÉ PEQUENO SOUSA
61	REATOR VS 400W (EXTERNO): TENSÃO DE REDE 220V, F.P. ≥ 0,92, PADRÃO ABNT, COM CAPACITOR E IGNITOR.	UND.	25	PHILIPS	R$109,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA
			0			
63	RELÉ FOTOELETRÔNICO NF: BASE INJETADO EM POLIPROPILENO PRETO ESTABILIZADO CONTRA RADIAÇÕES UV, RESISTENTE A INTEMPÉRIES E CHOQUES MECÂNICOS. TENSÃO NOMINAL 105-305V / 60HZ, CAPACIDADE DE CARGA RESISTIVA PURA 1.000W E INDUTIVA: 1.800VA, GRAU DE PROTEÇÃO IP 67.	UND.	350	EXATRON	R$21,00	JOSÉ PEQUENO SOUSA

2.1.1. Estão inclusos nos preços todos os impostos e taxas incidentes sobre a prestação de serviço.

2.2. A CONTRATANTE efetuará o pagamento do valor dos serviços prestados, mediante a apresentação da Nota Fiscal correspondente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do

recebimento do objeto e atesto da Nota Fiscal, nos termos da Cláusula Quarta deste contrato, para a consequente aceitação e liquidação prevista na Lei nº 4.320/94. Eventuais despesas bancárias correrão a cargo da CONTRATADA.
2.3 O prazo de pagamento de que trata o item acima poderá ser postergado por motivo de caso fortuito ou de força maior.
2.4. Os pagamentos processados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades vinculadas ao fornecimento do material, em especial àquelas relacionadas com a qualidade e a garantia.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA EXECUÇÃO FINANCEIRA
3.1 Os recursos para pagamento do objeto constante do presente contrato, correrão por conta dos seguintes recursos financeiros: **FONTE DE RECURSO: Recursos Próprios e outros.**

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES
4.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

A CONTRATADA, além das obrigações previstas no Anexo I do Edital, referente a este contrato, deverá:

a) Efetuar o fornecimento ora contratado, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da emissão de ordem de serviço;

b) Manter, durante o período de vigência, todas as condições que ensejaram a sua habilitação no procedimento licitatório;

c) Aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor deste Contrato;

d) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução de serviços necessários a consecução dos bens, tais como, salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, tais como INSS, FGTS entre outras, indenizações, vale-refeição, vale-transporte, e, outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

e) Responder pelos danos causados diretamente à Administração da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo, ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE; excetuando-se situações de emergência, caso fortuito ou força maior.

f) Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da Contratante; excetuando-se situações de emergência, caso fortuito ou força maior.

g) Repassar à Administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência da garantia dos bens e serviços e consequentemente do contrato, todos os preços e vantagens ofertados ao

mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os ofertados no Pregão; obedecidos o comportamento do mercado, os termos contratuais e o equilíbrio financeiro do contrato

h) Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

i) Deverá providenciar junto ao Conselho Pertinente, quando for o caso, as Anotações de Responsabilidade e outros instrumentos, acompanhamento e fiscalização durante toda a execução dos serviços, responsabilizando-se ainda pelo acompanhamento nos órgãos nos assuntos pertinentes ao objeto.

j) Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;

m) Guardar sigilo absoluto e não fazer uso das informações que porventura venha a ter conhecimento no desempenho de suas atividades relativas ao contrato, sob pena de ressarcir à CONTRATANTE de todo e qualquer prejuízo ocasionado pela divulgação ou uso da informação; salvo em caso de quebra de sigilo de telecomunicações determinada por autoridade judiciária

n) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;

o) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

4.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

b) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação do serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

c) Utilizar os bens em condições normais e adequadas para a prestação do serviço.

d) Pagar o preço ajustado mediante a apresentação, pela CONTRATADA, de Nota Fiscal e Recibo correspondente ao período vencido, no prazo estabelecido neste instrumento;

e) Permitir aos empregados da Contratada, desde que identificados e incluídos na relação de pessoas autorizadas, o acesso às dependências das unidades para execução do objeto do presente contrato;

f) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

g) Assegurar-se do bom desempenho dos materiais e equipamentos, bem como a prestação dos serviços referente a garantia do objeto do presente contrato, verificando sempre o seu bom desempenho;

h) Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais empresas compatíveis com o objeto do Edital, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos para a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI;

i) Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da manutenção e prestação dos serviços referente a garantia dos bens, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Contratante, não deve ser interrompida;

j) Acompanhar e fiscalizar o recebimento dos materiais;

CLÁUSULA QUINTA: DO FORNECIMENTO

5.1. No ato do fornecimento dos produtos serão verificadas as condições cotadas na proposta apresentada as quais deverão estar de plena conformidade com a mesma, sob pena de não aceitação.

5.2. Caso a empresa vencedora não tenha condições de fornecer os produtos da ordem de fornecimento, deverá enviar termo de desistência até o término do prazo estabelecido nos termos do item 4.1 do presente contrato.

5.2.1. O não cumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a Administração / PMU enviará o *termo de desclassificação*, efetuando a prestação do serviço licitado com a próxima licitante classificada.

5.2.2. Dependendo o tipo de Processo licitatório (global ou por item) a desclassificação ou desistência da empresa poderá ser total ou somente para os itens constantes da ordem de fornecimento, conforme o caso.

5.2.3. O material deve está disponível dentro do município de União-PI, para recolhimento por parte desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA: DA ACEITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização do cumprimento deste Contrato será feita por VERLANNY VIANA TORRES DE SOUSA FERNANDES, Secretária de Administração.

6.2. A fiscalização e aceitação de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA com relação aos itens fornecidos.

CLÁUSULA SÉTIMA –DA REVISÃO E DA REPACTUAÇÃO

7.1. Quanto a Revisão, este fica impedido pelo período de 01 (um) ano, admitindo após este período, como espécie de repactuação contratual, obedecendo ao previsto no Decreto Estadual 14.483/2011, arts. 43 a 50-C (seção VIII do capítulo I do Decreto Estadual 14.483/11).

7.2. Quanto a Repactuação, esta poderá ocorrer a do valor contratado e/ou registrado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da prestação dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

7.3. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço/objeto

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogável até 1 (um) ano, desde que não ultrapassado o prazo de 2 (dois) anos e o prazo da ata de registro de preços, observadas cumulativamente as seguintes condições:

a) O preço registrado continue mostrando-se mais vantajoso, conforme comprovação por pesquisa de preços ou consulta a registros de preços de órgãos federais;

b) O fornecedor que tenha preço registrado concorde com a prorrogação e manutenção das condições iniciais da proposta, inclusive preço;

c) A intenção da prorrogação manifestada no período de sua vigência e a publicação do aditivo no prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993;
d) A quantidade de bens ou serviços objeto da prorrogação ser apenas o saldo remanescente da ata, não se restabelecendo os quantitativos inicialmente fixados na licitação.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

9.1. A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, e sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

9.2. As penalidades administrativas aplicáveis à contratada, previstas nos arts. 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor dos bens e/ou serviços não concluídos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante observando os seguintes percentuais:

a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e

b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente

a 30 (trinta) dias e;

c) de 1,0 (um por cento), por dia de atraso a partir do 31° dia (trigésimo primeiro dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando à contratada as demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

9.4. Será aplicada a multa de 1,5% (um e meio por centro) sobre o valor da contratação, quando a contratada:

a) prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante, no cumprimento de suas atividades;

b) desatender às determinações da fiscalização da contratante; e c) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

9.5. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a contratada:

a) executar os serviços em desacordo com o projeto básico, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessária, às suas expensas;

b) não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha causar danos à contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;

c) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos à contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

9.6. Advertências

a) a aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a.1) descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Estado do Piauí, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

a.2) execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

a.3) outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades da contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

9.7. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

a) o impedimento de licitar e contratar com a– PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias da data do recebimento da intimação;

b) a penalidade de impedimento de licitar e contratar nos seguintes prazos e situações:

b.1) por 01 (um) ano nos seguintes casos:

b.1.1) atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para a– PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI;

b.1.2) execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b.2) de 01 (um) até 03 (três) anos:

b.2.1) quando a contratada se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante;

b.2.2) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame;

b.2.3) ensejar o retardamento da execução do seu objeto;

b.2.4) não manter a proposta.

b.3) por mais de 03 (três) até 05 (cinco) anos, quando a contratada:

b.3.1) não concluir os bens/serviços contratados;

b.3.2) falhar ou fraudar a execução do contrato ou com qualquer outra irregularidade, contrariando disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pela contratante;

b.3.3) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ou cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Estado, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do procedimento licitatório;

c) independentemente das sanções advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com o Estado do Piauí, a licitante ou contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a contratada propor que seja responsabilizada:

c.1) civilmente, nos termos do Código Civil;

c.2) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;

c.3) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

9.8. Nenhum pagamento será feito ao executor dos serviços que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontado de seus haveres.

9.9. As sanções serão aplicadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI, após garantida prévia e ampla defesa à contratada, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3° do art. 87 da Lei Federal n° 8.666/93.

9.10. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

9.11 Das decisões de aplicação das penalidades, caberá recurso nos termos do inciso XVII do art. 4° da Lei 10.520/02 c/c art. 109 da Lei federal n° 8666/93, observados os prazos fixados no primeiro diploma;

9.12 Os recursos devem ser dirigidos a maior autoridade da unidade que praticou o ato recorrido, protocolizados, nos dias úteis, no horário de expediente normal.

9.13. Serão conhecidos os recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, desde que, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original seja devidamente protocolizada no órgão competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1.A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

10.2 A rescisão do Contrato poderá ser:

10.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO-PI, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

10.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no Processo da Licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;

10.2.3. Judicial, nos termos da legislação.

10.3.A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

10.4.Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO

11.1. O extrato deste instrumento será publicado no Diário Oficial dos Municípios, até o quinto dia útil do mês subseqüente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

12.1. Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, compete o Foro da Justiça Comum de União do Piauí - (PI), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.2. Para firmeza e como prova de haverem entre si, justos e acordados, é lavrado o Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e valia, assinadas pelas partes e por 02 (duas) testemunhas.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos nos termos da Lei nº 8.666/93.

Prefeitura Municipal de União - PI, na Praça Barão de Gurguéia, 43, Bairro Centro, em União – PI - Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO
PRAÇA BARÃO DE GURGUÉIA, 443 – CENTRO – UNIÃO – PI
CNPJ: 06.553.606/0001-30
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

União-PI - 24 de março de 2021.

GUSTAVO CONDE MEDEIROS
Prefeito Municipal

r/

JOSE PEQUENO SOUSA ME

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Tabeliã
Mª. do Perpétuo Socorro Santana
Substitutos-Marcelo Rodrigues Pontes
Mirlia Maria Oliveira Santana
Esc Autorizada-Alexandra Pereira Pinheiro
Rua Mal Castelo Branco 2[illegible]
Coelho Neto-MA (98) 3473-1175

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO MARANHÃO - COMARCA DE COELHO NETO
PRIMEIRO CARTORIO EXTRAJUDICIAL
Privativo de Registro de Imóveis, Protestos de Letras.
Rua Mal. Castelo Branco, s/n – Coelho Neto-MA.
WhatsApp: (98) 9 8223-9322
E-mail: cartorio1oficiocn@hotmail.com

TITULAR: MARIA DO PERPETUO SOCORRO SANTANA

Substitutos:
Marcelo Rodrigues Pontes
Mirlia Maria Oliveira Santana

Escrevente Autorizada:
Alexandra Pereira Pinheiro

Livro nº **53-A** 1º Traslado Nº **21/948** Fls. **118**

Procuração bastante que faz a Empresa: **JOSE PEQUENO SOUSA ME,** na forma abaixo declarada:

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que no ano de dois mil e vinte e um (**2021**), aos trinta (**30**) dias do mês de **março** do dito ano, nesta Cidade e Comarca de Coelho Neto, Estado do Maranhão, República Federativa do Brasil, neste Cartório, compareceu perante mim Tabeliã Substituta, como Outorgante a representante da Empresa: **JOSE PEQUENO SOUSA ME, inscrita no CNPJ sob nº 23.019.990/0001-05, empresa estabelecida a Rua Rio Branco, nº 120, Centro, nesta Cidade, representada neste ato por JOSE PEQUENO SOUSA,** brasileiro, casado, empresário, portador da **CI nº 000011534193-5-SESP/MA e CPF nº 804.356.453-15,** residente e domiciliado à Rua Rio Branco, nº 120, Centro, nesta cidade, identificado como o próprio por mim Tabeliã Substituta, pelos documentos apresentados de cuja identidade e capacidade jurídica; dou fé e por ele me foi dito que por este público instrumento e nos termos de direito nomeia e constitui sua bastante procuradora. **KARLA CRISTINA GOMES SOUSA,** brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MA sob nº 18736, onde consta ser portadora da **CI nº 017073292001-3-SSP/MA e CPF nº 052.675.003-05,** residente e domiciliada à Rua Valentim Antonio de Sousa, nº 441, Centro, nesta Cidade, a quem concede amplos poderes irrevogável e irretratável, gerais e ilimitados, para reger, gerir e administrar todos os bens, negócios, direitos e ações da outorgante, podendo para esse fim, comprar mercadorias ligadas ao ramo de negócios, assinar e endossar duplicatas e títulos de crédito, assinar notas fiscais, recibos, dar e receber quitação, permutar, gravar ou de qualquer forma onerar ou prometer faze-lo, sejam bens móveis, imóveis, direitos, ações e valores, assinar compromissos, obrigações; representá-la junto a qualquer Instituição Bancaria, para abrir e movimentar conta; e perante ao **BANCO DO BRASIL S/A, agência nesta Cidade, e movimentar a conta nº 28.438-6 em nome da empresa**, em geral, transferir e encerrar contas bancarias em nome da outorgante, podendo fazer saques e depósitos, emitir, assinar e endossar cheques, requisitar talões, pedir saldos e extratos de contas, fazer operações e financiamentos,

Mirlia Maria Oliveira Santana
Substituta
CPF: 158.279.503-78

assinar proposta e orçamentos; contratos de abertura de crédito, aditivo de qualquer espécie, inclusive de substituição ou remoção de garantia e elevação de crédito, utilizar o credito aberto na forma e pelos meios que forem ajustados; representá-la em quaisquer repartições públicas, federais, estaduais, municipais e autárquicas; bem como, perante a **Junta Comercial do Estado do Maranhão, Secretaria da Fazenda Estadual, Secretaria da Receita Federal, INSS, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Natural -SEMA, IBAMA, Empresa de Correios e Telégrafos, Empresas Concessionárias de Serviços Públicos, Justiça Federal do Trabalho neste Estado**, e ainda, em qualquer Juízo Instancia ou Tribunal, no Conselho de Contribuintes e CIP, constituir advogado com poderes da cláusula ad-judicia para o foro em geral em qualquer instancia, juízo ou tribunal, propor, variar de ações, acordar, transigir, recorrer, interpor recursos; requerer falência, conceder ou embargar concordatas, fazer declarações de credito, desistir, firmar compromissos, e ainda, receber créditos, passar recibos e dar quitações. Enfim assinar, requerer e promover todo e qualquer documento que se faça necessário ao fiel cumprimento do presente mandato. E pelo outorgante, me foi dito, finalmente, que aceita esta procuração em todos os seus expressos termos, isentando a Tabeliã deste Serviço Notarial bem como seus prepostos, de quaisquer responsabilidades. Assim o disse, do que dou fé, lavrei este instrumento que sendo lhe lido, aceita e assina; do que dou fé. A Tabeliã Substituta do 1° Oficio de Notas, que mandei digitar, subscrevi, assino e faço o encerramento deste ato, colhendo a assinatura do representante da outorgante na procuração e em livro próprio. Dispensada a presença de testemunhas, nos termos da Lei nº 6.952 de 06.11.81; do que dou fé.

Outorgante:

JOSE PEQUENO SOUSA-ME
(José Pequeno Sousa)

CARTÓRIO DO 1° OFÍCIO
Tabeliã
Mª. do Perpétuo Socorro Santana
Substitutos-Marcelo Rodrigues Pontes
Mirlia Maria Oliveira Santana
Esc Autorizada-Alexandra Pereira Pinheiro
Rua Mal Castelo Branco 297-Centro
Coelho Neto-MA (98) 3473-1175

Em test.° 1007 da verdade.
A Tabeliã Substituta do 1° Oficio de Notas.

Mirlia Maria Oliveira Santana
Substituta
CPF: 158.279.503-78

CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL 1° OFÍCIO COELHO NETO MA

Poder Judiciário – TJMA
Selo: PROCUR030973TEFHAH29IA2P2C64
30/03/2021 17:16:20, Ato: 13.9.3, Parte(s): JOSE PEQUENO SOUSA, KARLA CRISTINA GOMES SOUSA
Total R$ 104,02 Emol R$ 93,73 FERC R$ 2,81 FADEP R$ 3,74 FEMP R$ 3,74 Consulte em https://selo.tjma.jus.br